



**Pedro Fauth Manhães Miranda
(Organizador)**

**As Ciências Jurídicas e a Regulação
das Relações Sociais**

Atena
Editora
Ano 2019



**Pedro Fauth Manhães Miranda
(Organizador)**

**As Ciências Jurídicas e a Regulação
das Relações Sociais**

Atena
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	As ciências jurídicas e a regulação das relações sociais [recurso eletrônico] / Organizador Pedro Fauth Manhães Miranda. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-858-8 DOI 10.22533/at.ed.588191912 1. Direito – Brasil. 2. Direito – Filosofia. I. Miranda, Pedro Fauth Manhães. CDD 340
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

No atual estágio da História, as ciências jurídicas e as relações sociais estão profundamente conectadas, ainda que nem sempre tenha sido assim. No período pré-moderno, quando o Direito ainda não havia atingido o *status* científico – e seria, portanto, inadequado, senão impossível, falar em ciência jurídica –, as relações sociais eram ditadas pelos costumes e pela tradição, dotando de caráter vinculante a honra na palavra dada.

Atualmente, porém, o acordo verbal já não é suficiente para “fazer lei” entre as partes, de modo que a maioria das condutas humanas é regulada pelo Direito, fazendo surgir as ciências jurídicas. Mas nem todas as condutas são juridicamente tuteladas, vale ressaltar. Poder-se-ia pensar que o Direito se volta aos bens jurídicos mais importantes, dentre os quais a vida é o básico. Então, por que o suicídio não é punível, enquanto o homicídio, sim? E por que o aborto se encontra em um limiar de difícil consenso, legalizado em alguns países e criminalizado noutros? Porque a resposta não se encontra apenas no bem tutelado, mas também se a conduta humana compõe uma relação social, ou seja, se é direcionada a outrem. Os ordenamentos que permitem o aborto não consideram o feto sujeito de direitos e, portanto, a gravidez não configura relação social, o que é diametralmente oposto – tanto em causa, como em consequência – aos Estados que o criminalizam. Assim, no rol protetivo do Estado, somam-se aos direitos individuais, de 1ª dimensão, os sociais, de 2ª.

Por outro lado, na atual fase da sociedade (de risco, pós-moderna, líquida, de informação, pós-industrial, enfim, qualquer que seja a denominação escolhida), o Direito se complexificou para além das relações sociais, passando a tutelar bens jurídicos difusos, de 3ª dimensão, como o meio-ambiente. Contudo, estes se tornaram objetos jurídicos apenas por terem correlação direta com a vida humana, o que demonstra a intervenção regulatória das ciências jurídicas. A normalização que o Direito promove sobre a realidade é, neste sentido, positiva para alguns doutrinadores e, para outros, um mal necessário (considerando não serem tais pensadores anarquistas).

Tarefa impossível de ser plenamente atingida e, ao mesmo tempo, fundamental para a pacificação, mesmo que relativa, de qualquer sociedade, a normalização juridicamente forçada é dotada de uma ambiguidade inerente. Os trabalhos que compõem a presente obra, por disporem de uma pluralidade invejável de ideias, óticas e considerações, expõem esta dificuldade enfrentada pelo Direito, de contrafaticamente tentar estabilizar as relações sociais.

Visando promover um recorte sobre esta função regulatória do Direito, que possibilite análises complexas e interdisciplinares enquanto mantém um fio condutor básico, a presente obra da Atena Editora se volta, essencialmente, aos direitos cujas bases são as relações sociais, quais sejam, os de 1ª e 2ª dimensão, mas sem os confinar a seções específicas, delimitadas por categorias teóricas reducionistas. Deste modo, a divisão dos artigos ora apresentados é a mais simples possível – alfabética

–, buscando não restringir o diálogo interdisciplinar promovido a partir das ciências jurídicas. Assim, esperamos que a presente obra, diante da reciprocidade infinita e constante entre Direito e sociedade, tenha o condão de promover ao leitor reflexões sobre a realidade que o cerca, trazendo-lhe novas e instigantes perspectivas socio-jurídicas.

Pedro Fauth Manhães Miranda

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A (I)LICITUDE DA PROVA OBTIDA POR MEIO DE CONDUÇÃO COERCITIVA NÃO PREVISTA PELO ORDENAMENTO JURÍDICO	
Paulo Thiago Fernandes Dias Sara Alacoque Guerra Zaghout Tiago Lorenzini Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.5881919121	
CAPÍTULO 2	12
A (IM)POSSÍVEL DISCUSSÃO DO DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL EM TEMPOS DE MODERNIDADE TARDIA	
Tiago Lorenzini Cunha Paulo Thiago Fernandes Dias Sara Alacoque Guerra Zaghout	
DOI 10.22533/at.ed.5881919122	
CAPÍTULO 3	23
A AFETIVIDADE COMO PRINCÍPIO NO DIREITO DE FAMÍLIA	
Guilherme Augusto Giroto	
DOI 10.22533/at.ed.5881919123	
CAPÍTULO 4	36
A BUSCA DA VERDADE NO PROCESSO PENAL	
Muriel Amaral Jacob Sander Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.5881919124	
CAPÍTULO 5	56
A COOPERAÇÃO PENAL INTERNACIONAL ENTRE BRASIL E URUGUAI EM PROCESSO EXTRADITÓRIO	
Monique Vigil Klüsener Tais do Couto de Oliveira Valquiria de Castro Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.5881919125	
CAPÍTULO 6	68
A EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
Murilo Pinheiro Diniz Stephanie Visintin de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5881919126	
CAPÍTULO 7	80
A FIGURA DO NARCOTRAFICANTE LATINO-AMERICANO SOB A LENTE DA CRIMINOLOGIA CULTURAL	
Aline Pires de Souza Machado de Castilhos Andrey Henrique Andreolla Bárbara Zaffari Cavedon	

Ivan Pareta de Oliveira Júnior

DOI 10.22533/at.ed.5881919127

CAPÍTULO 8 91

A INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 28 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

Helvécio Damis de Oliveira Cunha

Jaqueline Oliveira da Silva Damis Cunha

DOI 10.22533/at.ed.5881919128

CAPÍTULO 9 109

A MEDIAÇÃO E O PROCESSO CIVIL CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE APLICADA À NOVA DIALÉTICA PROCESSUAL

Cristiny Mroczkoski Rocha

Juliano Alves Lopes

DOI 10.22533/at.ed.5881919129

CAPÍTULO 10 121

A UTILIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS DISPOSTOS NA INTERNET: SOBRE O DIREITO À PRIVACIDADE EM UMA SOCIEDADE TECNOLÓGICA

Paula Maria Oliveira de Macedo

Pedro Fauth Manhães Miranda

DOI 10.22533/at.ed.58819191210

CAPÍTULO 11 128

ABANDONO AFETIVO: SUAS CONSEQUÊNCIAS IRREVERSÍVEIS BEM COMO A APLICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Leyde Renê Nogueira Chaves

Raquel Adriana Machado de Brito Araújo

DOI 10.22533/at.ed.58819191211

CAPÍTULO 12 138

ANÁLISE DO PROJETO DE LEI Nº 6.583/2013 FRENTE ÀS NOVAS MODALIDADES DE FAMÍLIA

Beatriz Tavares Fernandes dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.58819191212

CAPÍTULO 13 151

CLASSE HOSPITALAR: A HISTÓRIA E AS LEIS QUE A CERCAM

Verena Maria Vechin

Vivian de Abreu

DOI 10.22533/at.ed.58819191213

CAPÍTULO 14 160

COLABORAÇÃO PREMIADA COMO INSTRUMENTO UTILIZADO PELO DIREITO PENAL BRASILEIRO NA OPERAÇÃO LAVA JATO: MEIO DE OBTENÇÃO DE PROVA E INFORMAÇÕES RELEVANTES NAS INVESTIGAÇÕES

Maria Aparecida Vasco Cela

Luiz Antônio Fabro de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.58819191214

CAPÍTULO 15	167
CRIANÇAS (IN)VISÍVEIS: O ESTATUTO DA ADOÇÃO	
Maria Lidia Amoroso Anastacio da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.58819191215	
CAPÍTULO 16	177
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA MERAMENTE DECLARATÓRIA: SISTEMÁTICA PELO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	
Thiele Milena Kubaski	
DOI 10.22533/at.ed.58819191216	
CAPÍTULO 17	183
DA APLICAÇÃO DA TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA E O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA SOB A ÓTICA DA OPERAÇÃO LAVA JATO	
Eid Badr	
Edmara de Abreu Leão	
DOI 10.22533/at.ed.58819191217	
CAPÍTULO 18	197
DA PROTEÇÃO JURÍDICA CONFERIDA AOS ARRANJOS FAMILIARES NÃO TUTELADOS PELA LEGISLAÇÃO	
Beatriz Tavares Fernandes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.58819191218	
CAPÍTULO 19	210
DIREITO E A CATEGORIZAÇÃO SEXUAL: UMA ANÁLISE SOCIO-JURÍDICA SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM DIREITO NOVO	
Thiago Augusto Galeão de Azevedo	
Douglas Santos Mezacasa	
DOI 10.22533/at.ed.58819191219	
CAPÍTULO 20	223
DIVULGAÇÃO NÃO CONSENSUAL DE IMAGENS: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E SUA (IN)EFICÁCIA NA PROTEÇÃO DA MULHER	
Liziane da Silva Rodríguez	
Gabriela Ferreira Dutra	
Luiz Henrique Taschetto de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.58819191220	
CAPÍTULO 21	234
ENCARCERAMENTO FEMININO POR TRÁFICO DE DROGAS: MOTIVAÇÕES E DESDOBRAMENTOS	
Nathália Blockwitz Vasone	
Isael José Santana	
DOI 10.22533/at.ed.58819191221	

CAPÍTULO 22	247
ESTATUTO DA CIDADE: PRESERVANDO PATRIMÔNIOS	
Talissa Maldaner Janaína Rigo Santin	
DOI 10.22533/at.ed.58819191222	
CAPÍTULO 23	255
GARANTIAS CONSTITUCIONAIS NA PRODUÇÃO PROBATÓRIA: A CADEIA DE CUSTÓDIA E OS MEIOS OCULTOS DE PROVA	
Aline Pires de Souza Machado de Castilhos Andrey Henrique Andreolla Ivan Pareta de Oliveira Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.58819191223	
CAPÍTULO 24	263
O MITO E O MONSTRO: UMA ANÁLISE DO ESPETÁCULO DA CONDENAÇÃO NA OBRA “OS IRMÃOS KARAMÁZOV” DE DOSTOIÉVSKI	
Leticia Peters Rossato Pedro Fauth Manhães Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.58819191224	
CAPÍTULO 25	271
O PROTAGONISMO DISCENTE NO ÂMBITO ACADÊMICO: AÇÕES EDUCATIVAS SOBRE SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO	
Carla Simone Leite de Almeida Adelmo Fernandes do Espirito Santo Neto Flaviane Mello Lazarini Iury de Almeida Accordi Joyce Mayumi Shimura Luciana Maria Mazon Thiago de Oliveira Garcia Simões Andréia Ambrósio-Accordi Alquenjar Rosentaski de Borba Camila Ariane Dutra David Willian Sperber Sell	
DOI 10.22533/at.ed.58819191225	
CAPÍTULO 26	283
OS ÍNDIOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE JURÍDICA DA CAPACIDADE CIVIL, DA IMPUTABILIDADE PENAL E DA PARTICIPAÇÃO DA FUNAI	
Eduardo Antônio Pires Munhoz Ângelo Aparecido de Souza Junior William Thiago de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.58819191226	
CAPÍTULO 27	302
POR QUE AS INSTITUIÇÕES IMPORTAM?	
Thiago Augusto de Oliveira Marinho Ferreira Carolina Galvão Peres Francisco Luis Bohns Ribeiro Iris Dias Gonçalves	

João Alves de Resende Junior
Luciano Silva Alves
Robson Silva Salustiano

DOI 10.22533/at.ed.58819191227

CAPÍTULO 28 311

PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA É LEGAL: UMA NOVA ABORDAGEM
POLÍTICA

Guilherme de Oliveira Trento
Caroline Lara Matias

DOI 10.22533/at.ed.58819191228

CAPÍTULO 29 320

PROTEÇÃO JURÍDICA AO MEIO AMBIENTE INTERFACE COM OS DIREITOS
HUMANOS

Daniel de Oliveira Perdigão

DOI 10.22533/at.ed.58819191229

CAPÍTULO 30 325

PSICOLOGIA E PRÁTICA JURÍDICA: DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO

Ágda Bruna Alves da Silva Santos
Renato da Silva Matos
Alcir dos Santos Rocha
Priscila Lins Drummond

DOI 10.22533/at.ed.58819191230

CAPÍTULO 31 343

PUBLICIDADE, EMPODERAMENTO FEMININO E O REPOSICIONAMENTO DA
CERVEJA ITAIPAVA

Larissa Rayane Coêlho Costa Portela
Maria Aparecida Ramos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.58819191231

CAPÍTULO 32 357

RELAÇÕES DE GÊNERO E PREVIDÊNCIA SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE A
CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS COMO MEIO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS

Douglas Santos Mezacasa
Thiago Augusto Galeão de Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.58819191232

CAPÍTULO 33 369

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS: DIREITOS HUMANOS COMO
CONQUISTA HISTÓRICA E A CRISE DE REFUGIADOS NA ATUALIDADE

Luciana Ramires Fernandes Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.58819191233

CAPÍTULO 34	381
TRANSCONSTITUCIONALISMO: UMA REFLEXÃO SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS / DIREITOS HUMANOS Rubens Mário dos Santos Franken DOI 10.22533/at.ed.58819191234	
CAPÍTULO 35	392
UMA JURISDIÇÃO PARTICIPATIVA: MEDIAÇÃO Carina Deolinda da Silva Lopes Franceli B. Grigoletto Papalia DOI 10.22533/at.ed.58819191235	
CAPÍTULO 36	404
UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO: SOBERANIA CONDICIONADA DOS ESTADOS-NAÇÃO, CORROSÃO DA DEMOCRACIA, EXAUSTÃO DOS SISTEMAS JURÍDICOS E ESVAZIAMENTO DE DIREITOS Alex Maciel de Oliveira DOI 10.22533/at.ed.58819191236	
SOBRE O ORGANIZADOR	417
ÍNDICE REMISSIVO	418

PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA É LEGAL: UMA NOVA ABORDAGEM POLÍTICA

Guilherme de Oliveira Trento
Caroline Lara Matias

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão “É Legal”, da Universidade do Estado de Mato Grosso, associado ao Departamento de Ciências Jurídicas, campus Universitário de Cáceres, instituído em 15 de Agosto de 2012, que tem por objetivo abordar concepções que se relacionam ao tema “política”, alterando a percepção errônea que as crianças possuem sobre o assunto, ideia esta, associada somente a eleições e partidos políticos, em razão, dos meios de comunicação que divulgam informações nocivas e de pouca relevância para a formação dos infantes.

A educação é um direito social de grande valor, ao formar a personalidade dos indivíduos, e fazer com que aperfeiçoem o saber, modificando assim, as bases da sociedade. No entanto, mostrou-se de igual valor uma educação política, voltada para as primazias sociais, que desenvolveria desde a infância a capacidade crítica e formadora de opinião, diante de uma sociedade saturada de informações. Pois, como afirma Paulo Freire (2004) “cidadania é uma produção, uma criação

política” (p.127).

Ante a omissão do estudo da política voltado para o ambiente social e histórico, a importância de projetos sociais torna-se cada vez maior, sendo essencial para alcançar o efetivo exercício da cidadania e o integral aprimoramento da pessoa humana, no qual a iniciativa “É Legal!” visa alcançar em cada semestre trabalhado.

Por meio dos encontros realizados, os acadêmicos têm por finalidade fomentar a construção de cidadãos conscientes no que compete a política; debater e refletir sobre os períodos históricos que marcaram esse método social, ao ressaltar o processo evolutivo que identifica a forma de pensar e agir contemporâneas. As discussões realizadas têm por objeto principal, o incentivo a participação ativa na sociedade e uma viva consciência política, bem como, as várias possibilidades para a prática política cidadã.

Segundo Ivan Ivic (2010) “a educação pode ser definida como sendo o desenvolvimento artificial da criança [...] A educação não se limita somente ao fato de influenciar o processo de desenvolvimento, mas ela reestrutura de maneira fundamental todas as funções do comportamento” (p.67).

A Universidade desempenha um papel

social importante na comunidade, ao possibilitar o desenvolvimento de instituições democráticas que proporcionam mudanças legitimadoras da ação política, desse modo, o projeto “É Legal” intensifica essas características ao estabelecer um vínculo entre a sociedade e a Universidade, tendo em vista, a incorporação dos acadêmicos no meio social aprimorando o conhecimento científico e auxiliando na expansão cultural e política desses.

O PROJETO E SUAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A metodologia desenvolvida no projeto dá primazia à aulas expositivas, contendo, dinâmicas, brincadeiras, criação de cartazes, produção de teatros, deveres de casa, proporcionando maior entusiasmo das crianças para com o projeto e, por conseguinte, facilitando o entendimento dos conceitos abordados em sala de aula.

As aulas eram realizadas semanalmente por monitores voluntários do curso de Direito, junto ao bolsista do projeto. Ao todo, são cinco aulas lecionadas por semestre, em uma instituição de ensino público de Cáceres-MT, geralmente selecionamos as turmas de quinto ano, do ensino fundamental, abarcando crianças de nove à doze anos.

PRIMEIRO ENCONTRO – POLÍTICA

Inicialmente, todos os acadêmicos chegaram pontualmente na escola – ao tocar o sinal de início das aulas – entramos em sala, fizemos a cerimônia de apresentação dos acadêmicos/ monitores aos alunos e a professora. Após isso, pedimos aos alunos que individualmente se apresentassem, perguntando-os qual o seu nome? qual a sua matéria favorita? e qual profissão deseja trilhar no futuro? Em seguida, entregamos aos alunos crachás de identificação para que customizassem com seus nomes.

Em primeiro momento, foi observável que os alunos foram tímidos, visto que, aquela era uma situação atípica para eles, todavia no transcorrer da atividade estes adaptaram-se a nossa presença e interagiram de modo mais ativo conosco. Por conseguinte, seguindo o método proposto: foi perguntado aos discentes, qual a primeira palavra que lhes vêm à cabeça quando ouvem a expressão POLÍTICA? Logo, suas respostas foram: votação, ordem, corrupção, progresso, governador, direitos, honestidade, roubo, cidadania, racismo, respeito etc. Anotamos todos na lousa. Tendo em vista as respostas das crianças, é notório que suas percepções estão intimamente atreladas aos fatos noticiados na mídia, conversas com seus familiares, informações contidas em redes sociais e demais veículos de comunicação. Fatores que acabam tolhendo à formação cidadã dos futuros eleitores ou representantes políticos da população.

Outrossim, distribuímos dicionários para os alunos e pedimos que estes procurassem no dicionário as palavras escritas no quadro, solicitamos-lhes também

que lessem o significado das palavras, e dissessem qual é a sua relação com a política; alguns associaram governador à campanha política, votação à cidadania etc. Além disso, fizemos o seguinte questionamento aos discentes, “criança faz política”? Diante disso, suas respostas em suma maioria fora que não, justificaram que “política era coisa de adulto”. Em contrapartida, aqueles cuja resposta foi afirmativa justificaram que crianças fazem política reivindicando direitos, citaram um exemplo que aconteceu na escola: frequentemente os alunos furavam as bolas de futebol da escola em um arame farpado que se localizava perto da quadra esportiva, então eles se organizaram e requereram à diretora que substituísse o dito arame por outro liso. Dessa forma, fizeram política.

Posteriormente, propomos uma atividade lúdica às crianças, que consiste em abrir um espaço central na sala – enquanto organizávamos o local da dinâmica os alunos começaram a customizar alguns chapéus de marinheiro –, depois estendemos um TNT azul na sala, colocamos os alunos sentados em cima dele e pedimos que imaginassem que eles estivessem em navio em alto mar, contudo devido a uma terrível tempestade o navio naufragou e os alunos se dispersaram, em detrimento das enormes ondas. Mas, com o passar do tempo, uma aluna conseguiu chegar a uma ilha deserta. Nesse contexto, destacamos que a criança sozinha poderia fazer o que desejasse, uma vez que não havia leis na ilha, porém dissemos que ela teria dificuldades para sobreviver, e indagamos quais dificuldades, eles responderam: subir em coqueiros, ascender uma fogueira, se proteger de animais, conseguir alimento, construir uma cabana etc. No entanto, após a chegada de mais um colega os dois conseguiriam atenuar as dificuldades, visto que eles poderiam se revezar nas atividades, mas ainda não era o ideal para sua sobrevivência. Logo, pedimos que todos se juntassem aos dois na ilha.

Em seguida, os monitores destacaram o ponto positivo da união dos alunos, estes conseguiriam realizar todas as tarefas necessárias para viver na ilha; ressaltaram também o ponto negativo da união que concerne no surgimento de conflitos entre as pessoas, como por exemplo: a disputa entre melhores formas de se fazer fogo (haja vista que os discentes citaram vários), a repartição de deveres não agradaria a todos, dentre outros. Então, pedimos aos alunos que escolhessem um líder para solucionar eventuais intrigas.

Ademais, mostramos para os alunos que a política não se restringiria a práticas pejorativas, mas que seu principal objetivo é a solução/mediação de conflitos visando o bem comum da sociedade.

SEGUNDO ENCONTRO – PARTICIPAÇÃO

Sob nova conjectura, a próxima etapa do projeto consiste em dissertar sobre a importância da participação de todos em qualquer atividade. Mas, em primeiro plano, pedimos aos alunos que relembressem tudo o que haviam aprendido na aula anterior,

em seguida recolhemos a atividade que deixamos que realizassem em casa. Logo após perguntamos aos alunos o que é participação? Suas respostas foram: fazer parte de algo, interagir com os outros etc.

Destarte, para maior entendimento das crianças sobre o tema partimos para a dinâmica da holística. Essa brincadeira tem como primeiro passo: organizar as crianças em círculo, depois entregar para algum aluno um rolo de barbante e pedir para que ele segure a ponta do barbante e passe o rolo para outro colega – nesse momento o primeiro é questionado por que passou o rolo para aquele colega, após sua resposta, o segundo diz seu nome, segura um ponto do barbante e passa o rolo para o próximo colega e assim sucessivamente. Quando chegar na última criança o barbante forma uma teia de aranha e, com isso, os monitores pegaram três balões e colocaram sobre a teia de barbante, as crianças devem tentar equilibrar os balões sobre a teia. Durante a dinâmica os alunos cumpriram o objetivo equilibrando dois balões. Em seguida, os discentes foram questionados, qual a relação entre a dinâmica e a participação, a resposta foi: na dinâmica foi necessário que todos os alunos participassem, tendo em vista que se um aluno deixasse o barbante frouxo o balão cairia no chão.

Novamente, com intuito de mostrarmos aos alunos que a participação de todos é fundamental para realização de qualquer objetivo, pedimos que pensassem no silêncio, se alguém não colaborar haverá silêncio? Com certeza não! Outro exemplo: cada tijolo é fundamental na estrutura de uma parede, razão pela qual, se retirarmos um tijolo toda parede pode ruir. Nesse viés, urge três passos fundamentais para a participação: fazer parte, tomar parte ou ter parte.

Ilustramos para as crianças os três passos da participação. A finalidade era mostrar aos alunos que para integrar o processo de participação, podemos seguir passos básicos como: informar-se, comunicar-se e agir. Após essa explanação foi pedido aos alunos que indicassem situações de seu cotidiano, com a intenção de se aplicar os três passos, analisando soluções para os problemas existentes. Nesse sentido, as crianças compreenderam a relevância de realizar essas etapas como forma de resolução das adversidades.

Como último exercício executamos a dinâmica do emboladão cujo objetivo é propor uma maior interação entre os participantes, observando-se a capacidade de improviso, socialização, dinamismo, paciência e liderança dos integrantes do grupo, pois é respeitando as diferenças que se desenvolve uma sociedade próspera e harmônica.

TERCEIRO ENCONTRO – DEMOCRACIA

Iniciamos a aula sobre democracia com quatro grandes questionamentos: O que vocês acham que significa democracia? O nosso país é democrático? Por quê? Em sua opinião, quais as vantagens de um país democrático? A resposta a

primeira pergunta foi a participação de todos em algum processo político. Ao próximo questionamento responderam 'sim', contudo não responderam o porquê. E na última questão eles não deram uma resposta satisfatória, por isso os monitores fizeram uma breve explicação do assunto.

A título de introdução, explanamos aos alunos que a democracia é originária da Grécia antiga, principalmente na cidade de Atenas (cidade dos intelectuais gregos), aproximadamente no século VII a.C. Os cidadãos gregos se reúnem em grandes assembleias para tomar as decisões no tocante à organização da cidade.

Para melhor entendimento das crianças, realizamos a dinâmica da bagunça, nesta atividade foram escolhidos três voluntários para sua realização. Um deles foi para fora da sala acompanhado de um monitor e teve seus olhos vendados, os outros dois permaneceram na sala e receberam um crachá cada, com as seguintes palavras "Sim, criança também faz política", "Não, criança não faz política". Assim, quando o aluno que estava com os olhos vendados entrasse na sala todos os demais teriam que guiá-lo até o colega que estava com o crachá que continha a resposta certa, de modo que, só poderiam dizer: para frente, para trás, para o lado, na diagonal, esquerda e direita. Assim, todos deveriam falar ao mesmo tempo para causar confusão. Desse modo, o objetivo dessa atividade foi mostrar a inviabilidade da democracia direta nos tempos hodiernos.

Em seguida, conceituamos a palavra democracia, como: o governo do povo, que se caracteriza pela liberdade e diálogo político, pela divisão dos poderes e pelo controle e limite da autoridade. Logo, reduzimos democracia em direta e indireta, explicando cada uma delas. Democracia direta: forma de organização política do Estado em que a sociedade manifesta diretamente sua vontade sobre temas de interesse público, sem que haja a necessidade de um representante; democracia indireta: forma de organização em que a população elege um representante político, para decidir em nome de todos.

Além disso, questionamos se sabiam os nomes dos cargos dos seus representantes políticos no âmbito federal, estadual e municipal, a grande maioria não conseguiu responder com exatidão, invertendo os cargos. Sendo assim, os monitores interviram e esclareceram a questão, contextualizando cada cargo político com as esferas dos poderes executivo e legislativo, por conseguinte, comentaram sobre algumas atribuições do judiciário. Foi dito os alunos, que o atual sistema político do Brasil é a democracia indireta/representativa. O voto é obrigatório dos 18 aos 70 anos e facultativo dos 16 aos 17 anos, a cima dos 70 anos e para analfabetos. Os monitores relataram que o dia da democracia no país é 25 de Outubro, data esta que foi pedida para que guardassem para uma posterior brincadeira. Nesse viés, os monitores dissertaram tacitamente sobre o que é a Constituição: "a lei máxima que limita os poderes políticos e estabelecem direitos e deveres aos cidadãos.

Nesse contexto, foi discutida a divisão e harmonia dos poderes, tal como a famosa separação elaborada pelo filósofo francês Montesquieu, entre os poderes

executivo que administra as instituições; legislativo que cria leis e o judiciário que observa o cumprimento das leis. Como última atividade realizamos a dinâmica da dança das cadeiras. Esse brincadeira tinha um diferencial o aluno responderia uma pergunta cada vez que não conseguisse se sentar, mas se acertasse poderia eliminar um colega da brincadeira, caso errasse o questionado seria o eliminado. As perguntas foram de âmbito político sobre temas discutidos em sala de aula. Vale ressaltar que as crianças apresentaram um bom desempenho.

QUARTO ENCONTRO – HISTÓRIA DO VOTO

Iniciamos a aula fazendo um breve resumo da semana anterior referente à democracia, os monitores retomaram o conceito e enfatizaram a importância para a sociedade. Logo após, foi recolhida a atividade da semana anterior.

Para iniciar o conteúdo da aula foi realizado um questionamento, sobre qual a importância do voto e se no passado todos tinham o direito de votar. Os alunos responderam que o voto é essencial para escolher nossos representantes e nem sempre todos possuíam esse direito. Desse modo, os monitores informaram que o voto é primordial para mudar o futuro da nação e deve ser feito de modo consciente.

Os acadêmicos para melhor explicar o conteúdo da aula, referente a história do voto utilizaram-se de slides, assim sendo, explanaram as diferentes épocas de forma clara e concisa. O primeiro período a ser estudado foi o império, cujas características foram o poder hereditário, isto é, o imperador não era eleito e o poder passava de pai para filho, dessa forma era destinado a durar a vida toda. O voto era censitário, apenas aquelas pessoas que atendiam a certos critérios e provassem a sua condição econômica poderiam participar. Voto era aberto e indireto, não se utilizavam urnas, as pessoas tinham que comunicar sua escolha e a população votava para escolher seus representantes. Apenas homens maiores de 25 anos e ricos votavam escravos, mulheres e analfabetos não podiam votar. A partir da república, o voto passou a ser direto, aberto e facultativo. Somente homens, acima de 21 anos podiam participar, enquanto mulheres e analfabetos eram excluídos. Esse período tem como característica o chamado voto de cabresto, em que os coronéis usavam de sua influência econômica para obter poder político, assim, ele coagia seus apadrinhados a escolher o representante que melhor lhe traria benefícios, desse modo, as pessoas eram guiadas como se fossem animais até as urnas.

A era Vargas, foi o período mais longo do presidencialismo. Getúlio chegou ao poder através de um golpe de Estado, isto é, não foi eleito pela população, mas tomou o poder a força e por 15 anos governou o Brasil como um ditador. Ao se questionar o que era um ditador, os alunos não souberam responder, em vista disso, os monitores esclareceram que o termo se refere a quem assume solitariamente o poder e vai ditar de forma violenta e repressiva suas normas, ou seja, se alguém disser algo que o desagrade poderá ser punido. Durante esses anos, não existiram eleições para

presidente e as mulheres conquistarem o direito de votar. O sufrágio passou a ser secreto, obrigatório e direto. Dentro desse contexto, houve a configuração de uma nova fase, o populismo. Voltaram a ocorrer as eleições para presidente, os homens e mulheres podiam votar se fossem maiores de 18 anos, os analfabetos ainda não votavam. O governo de Vargas foi ditatorial e populista, pois foram criados os direitos dos trabalhadores, entre eles o salário mínimo, e uma carga horária determinada.

Houve a passagem do populismo para ditadura militar, período em que os militares governaram o Brasil, foi de 1964 a 1985, sendo caracterizada pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra ao regime militar. O voto era indireto para presidente da república, mas a ditadura perdeu força com a Campanha das Diretas Já, onde o povo saiu às ruas protestando e exigindo eleições diretas para presidente. Após a ditadura teve início a redemocratização, fase em que o sistema eleitoral do país estava se reestabelecendo. O voto passou a ser obrigatório para pessoas entre 18 e 70 anos e facultativo entre 16 e 18 anos, mais de 70, analfabetos e índios. Tornou-se secreto, direto e intransferível, isto é, não se pode cedê-lo para outra pessoa.

Ao final da explicação, com o objetivo de melhor fixar o conteúdo exposto e analisar o entendimento dos alunos, foi realizado um pequeno teatro. Dividiu-se a sala em seis grupos e através de um sorteio, cada equipe ficou responsável por representar uma fase histórica. Os monitores ficaram encarregados de auxiliar os alunos, no entanto cada grupo tinha que criar suas próprias falas. Todas as equipes mostraram bom desempenho, conhecimento sobre o assunto e criatividade, o que tornou a atividade dinâmica e divertida de se aprender o conteúdo.

QUINTO ENCONTRO – CIDADANIA

Iniciamos a aula saudando os alunos e explicando que aquela seria a última semana do projeto, em seguida foi entregue os crachás com a identificação de cada um. Como primeira atividade foi realizada a dinâmica “para quem você tira o chapéu”. A dinâmica foi uma forma de revisar os conteúdos passados e testar a aprendizagem dos alunos.

Foi entregue as crianças um formulário para que respondessem, sobre os conteúdos das semanas anteriores, assim, avaliando o aprendizado e revisando o que foi trabalhado. Logo após, explicou-se que cidadania é o conjunto de direitos e deveres ao qual um indivíduo está sujeito em relação à sociedade em que vive, ou seja, cidadania permite que sejamos, ao mesmo tempo, detentor de direitos e de deveres para com as pessoas com as quais convivemos, com a sociedade e com o país como um todo. Para auxiliar no aprendizado sobre o tema foram utilizados cartazes com frases que identificassem as práticas cidadãs e comentassem sobre cada uma delas, tornando mais claro o conhecimento sobre o tema. Os monitores ressaltaram quais os documentos essenciais para ser considerado cidadão como,

certidão de nascimento, RG, CPF e título de eleitor, mas enfatizando a importância de outros atos, tais como, exigir nossos direitos, ter boa conduta social, respeitar as leis, entre outras ações, para que possa ser de fato um bom cidadão.

A segunda parte da aula consistiu em eleger o representante É LEGAL, que terá a função de estar à frente e dar continuidade ao trabalho desempenhado pelo projeto na escola. A votação tem como finalidade incentivar os alunos a terem um espírito de liderança, tendo como objetivo buscar sempre lutar por seus direitos de forma individual e coletiva, através da mobilização das crianças para os problemas existentes na escola. Foram escolhidos seis alunos como candidatos para a votação, três meninos e três meninas, após colocarem seus nomes no quadro, foram chamados a frente para falar sobre suas propostas e de que forma ajudariam os colegas, ao final, os monitores explanaram a importância do voto consciente e distribuíram títulos de eleitor para que escrevessem seus nomes e candidato, assim, os acadêmicos passaram recolhendo os títulos com a escolha de cada um. Em seguida, realizou-se a contagem dos votos, e os alunos Emanuelle e Gabriel empataram logo ao final, sendo o último voto o responsável pelo desempate e vitória da aluna Emanuelle. Gabriel por outro lado, tornou-se o vice-líder. Como prêmio cada um ganhou um kit que irá auxiliá-los em sua nova função. Logo após, os monitores escolheram entre si a criança que mais se destacou nas aulas, avaliando a participação e o comportamento, assim, o aluno selecionado recebeu como prêmio um brinde por sua interação em sala de aula. Dessa forma, teve fim as atividades do projeto com um grande aprendizado para os alunos e para os monitores.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, chegamos à conclusão de que notoriamente a concepção das crianças acerca dos temas estudados no projeto está diretamente vinculada a práticas nocivas e pejorativas as quais lhe são apresentadas pela mídia. Diante disso urge a necessidade de se intervir nesse círculo vicioso que remete as crianças a conceitos errôneos no que diz respeito à política, democracia e ao processo eleitoral. Posto isso, é mister ressaltar que os responsáveis pela quebra desse círculo vicioso são a família, a escola, a comunidade e o próprio Estado.

Como salienta Paulo Freire (2007, p.73) “o Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas, às experiências democráticas, isso fez com que os cidadãos estejam vinculados a um processo de inexperiência democrática” (grifo nosso). Isso pode ser constatado na medida em que as histórias que as crianças nos contaram acerca de conversas sobre o processo eleitoral ditas por seus pais e demais parente refletem em nossa sociedade sendo displicente em relação a participação política, o que, de imediato, acaba gerando o desinteresse das crianças pela política e deliberação democrática.

A escola também tem a função de fornecer educação política para as crianças,

tendo em vista que “o professor tem muita possibilidade de trabalhar em favor da produção da cidadania, que tem sido negada às grandes massas populares. Para isso, é preciso que o alfabetizador esteja consciente de que esta também deveria ser uma tarefa dele, além da própria alfabetização” (FREIRE, 2004, p. 127 – 128). Inobstante a isso, foi nítido que os alunos mesmo recebendo uma alfabetização satisfatória, mas ainda não tinham tido nenhum contato com questões relacionadas à democracia, política e cidadania, conceitos essenciais para a formação dos pequenos cidadãos.

Nesse contexto, podemos afirmar que o projeto “É legal” conseguiu romper com paradigmas de uma má perspectiva da política, que refletiam no processo de formação das crianças. De modo que através de métodos lúdicos-pedagógicos o projeto apresentou a política como forma de transformação da sociedade. E, além disso, conseguiu preencher lacunas na formação política-cidadã dos pequenos infantes.

REFERÊNCIAS

Freire, Paulo. Educação como prática da liberdade. 30ª Ed. Rio de Janeiro: paz e terra, 2007.

Ferreiro, Emília. Reflexões sobre alfabetização. 26ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Ivic, Ivan. Levi Semeomorch Vygotsky. Trad.: José E. Romão. Recife: Editora Massangana, 2010.

Freire, Paulo. Pedagogia da tolerância. Organização e notas Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: editora UNESP, 2004

SOBRE O ORGANIZADOR

Pedro Fauth Manhães Miranda - Doutorando em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR, 2019-). Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG, 2012-2014). Bacharel em Direito, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL, 2003-2007), e em Ciência Política, pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER, 2015-2018). Graduando em Licenciatura em Sociologia, pela Universidade Paulista (UNIP, 2018-). Professor de Direito, Sociologia e disciplinas afins, atualmente nas instituições Sociedade Educativa e Cultural Amélia (SECAL) e Instituto de Filosofia e Teologia Mater Ecclesiae (IFITEME). Advogado inscrito na OAB/PR, sob o nº 48.361. Possui interesse na pesquisa dos seguintes temas: democracia, direitos humanos, estado democrático de direito, participação social e efetivação de políticas públicas, sempre por meio da interdisciplinaridade entre as Ciências Sociais e a Jurídica. Pode ser contatado pelo seguinte e-mail: pedromiranda.adv@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono afetivo 31, 32, 33, 128, 129, 133, 134, 135, 136

Adoção 12, 14, 24, 29, 46, 48, 131, 132, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 188, 204, 206, 207, 226, 228, 359, 363, 364, 404, 405, 415

Afeto 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 113, 115, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 142, 207, 228, 239, 358, 360

Arguição de descumprimento de preceito fundamental 1, 202

Autoritarismo 1, 5, 7, 8, 10, 11, 53, 268

C

Condução coercitiva 1, 2, 3, 4, 5, 9, 10

Constitucionalismo 22, 203, 381, 382, 383, 385, 386, 388, 390

Criminologia 12, 13, 15, 19, 20, 21, 80, 81, 84, 86, 87, 88, 89, 231, 244, 245, 246

Cumprimento de sentença 101, 177, 178, 179, 180, 181

D

Democracia 10, 13, 17, 110, 111, 118, 233, 268, 305, 306, 307, 310, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 321, 367, 368, 390, 397, 401, 404, 406, 410, 414, 416, 417

Direitos fundamentais 3, 8, 9, 16, 37, 93, 94, 105, 107, 121, 122, 123, 127, 133, 148, 150, 155, 162, 165, 203, 228, 229, 231, 256, 257, 261, 264, 268, 320, 322, 325, 357, 370, 371, 374, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 387, 388, 390, 391, 402, 405

Direitos humanos 3, 57, 60, 67, 68, 72, 73, 78, 93, 104, 105, 106, 122, 128, 132, 189, 228, 231, 233, 256, 257, 271, 272, 273, 274, 276, 278, 279, 280, 281, 282, 285, 301, 320, 322, 323, 324, 328, 341, 343, 357, 361, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 385, 388, 389, 390, 397, 402, 417

Drogas 61, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 192, 193, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 252

E

Educação 31, 33, 91, 94, 95, 107, 120, 135, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 168, 172, 254, 271, 274, 277, 279, 280, 281, 282, 287, 300, 311, 318, 319, 320, 344, 361, 376, 384, 399, 408

Eficácia 14, 68, 69, 74, 75, 77, 78, 113, 122, 123, 165, 179, 180, 181, 223, 224, 230, 306, 369, 375, 379, 384, 391, 393, 400

Empoderamento 74, 244, 245, 246, 343, 347, 359

Encarceramento 8, 87, 234, 235, 236, 241, 243

Estado democrático de direito 4, 27, 44, 53, 99, 109, 110, 111, 117, 256, 261, 269, 358, 381, 383, 387, 417

Estatuto da criança e do adolescente 151, 153, 155, 158, 167, 170, 176

Execução penal 91, 92, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 107, 108, 301

Extradicação 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 83

F

Família 14, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 59, 94, 95, 96, 100, 110, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 155, 156, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 236, 237, 241, 264, 265, 281, 318, 331, 332, 333, 335, 336, 337, 358, 359, 360, 367, 368, 376, 378, 384, 403, 410

G

Gênero 72, 75, 203, 206, 215, 217, 218, 221, 222, 223, 225, 230, 233, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 278, 279, 280, 281, 282, 343, 344, 354, 355, 357, 358, 360, 362, 364, 365, 366, 367, 368, 398

I

Imputabilidade 283, 296, 297, 298, 299
Inconstitucionalidade 5, 44, 91, 92, 95, 97, 98, 104, 138, 143, 144, 146, 147, 149, 181, 202, 209
Infância 94, 171, 172, 240, 311, 333, 361, 363
Interdisciplinaridade 271, 274, 334, 417
Internet 2, 7, 14, 58, 116, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 224

J

Jurisdição 47, 49, 61, 77, 100, 110, 111, 112, 113, 114, 118, 119, 386, 390, 392, 401, 402, 403, 405, 412

L

Lava-jato 11, 165
Liberalismo 111, 385, 408

M

Maria da penha 68, 69, 74, 75, 78, 209, 227, 229, 230
Mediação 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 136, 313, 326, 331, 332, 334, 335, 336, 339, 341, 342, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403
Meio-ambiente 110
Mercosul 56, 57, 62, 63, 65, 66, 67, 387, 402
Modernidade 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 28, 85, 115, 124, 140, 141, 149, 197, 198, 209, 268, 370, 377, 401, 415, 416
Mulher 24, 27, 30, 34, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 92, 96, 107, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 138, 139, 140, 145, 146, 147, 148, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 217, 218, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 265, 266, 273, 316, 317, 343, 344, 348, 349, 351, 353, 354, 355, 358, 359, 363, 364, 365, 368, 410, 416

N

Nulidade 2, 9, 48, 259, 293

P

Personalidade 25, 26, 35, 130, 133, 134, 242, 266, 267, 288, 291, 311, 355

Política 5, 10, 11, 18, 22, 25, 60, 62, 72, 82, 83, 86, 88, 89, 111, 117, 118, 189, 212, 217, 219, 220, 222, 248, 249, 253, 254, 256, 264, 274, 285, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 315, 317, 318, 319, 321, 322, 324, 343, 371, 372, 377, 378, 380, 383, 385, 388, 390, 401, 403, 404, 405, 406, 414, 415, 416, 417

Presunção de inocência 2, 6, 9, 10, 44, 46, 183, 184, 189, 190, 192, 194, 195, 266

Prisão 8, 45, 62, 66, 82, 85, 97, 165, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 245, 362

Privacidade 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 256, 394

Processo civil 7, 9, 43, 44, 45, 101, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 226, 329

Processo penal 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 100, 103, 107, 195, 255, 256, 258, 260, 261, 262, 266, 268, 269

Psicologia 25, 156, 175, 246, 282, 325, 326, 327, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 338, 339, 340, 341, 342

Publicidade 114, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 351, 352, 354, 355

R

Refugiados 324, 369, 370, 375, 376, 377, 378, 379, 380

Relação de trabalho 105

Responsabilidade civil 31, 32, 33, 128, 129, 133, 134, 135, 136

T

Tráfico 61, 73, 74, 83, 85, 88, 192, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246

V

Verdade real 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 256, 257, 259, 261, 394

Violência 3, 9, 18, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 84, 85, 87, 88, 108, 216, 217, 222, 223, 225, 227, 228, 229, 230, 233, 234, 240, 244, 245, 246, 261, 273, 281, 335, 336, 337, 338, 341, 359

